

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

### **Relatório e Contas de 2017**

1. Nos termos da alínea a) do artigo 21.º dos Estatutos da ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável, compete ao Conselho Fiscal dar parecer sobre o relatório e contas apresentadas pela Direção relativamente a cada exercício.
2. Em 23 de fevereiro de 2018, a Direção apresentou ao Conselho Fiscal para parecer o relatório de atividades e as contas respeitantes ao exercício de 2017.
3. O Conselho Fiscal, acompanhou, nos termos que lhe estão consignados pela alínea b) do artigo 21.º dos Estatutos, a atividade da Associação durante o exercício de 2017, quer através das informações e esclarecimentos recebidos da Direção, os quais foram prontamente prestados, quer pela leitura das atas das suas reuniões, quer ainda através da análise dos balancetes e de reuniões havidas com a Tesoureira. Foi também analisada a informação documental, contabilística e de gestão, disponibilizada pela Direção.
4. No âmbito das suas funções o Conselho Fiscal:
  - a) Procedeu à análise da execução orçamental e
  - b) Verificou a situação financeira e económica semestral da ZERO, bem como a existência e a relevação contabilística dos seus ativos e passivos, em particular quanto aos proveitos e centros de custos, que se encontram suficientemente expressos na informação relativa às contas.
5. Tendo apreciado o relatório e as contas apresentadas pela Direção sobre a atividade desenvolvida no ano de 2017, que corresponde ao segundo ano de atividade da Associação, o Conselho Fiscal considera que o documento evidência de forma clara o desempenho da entidade.

Foram recebidas quotas no valor de 2 875 euros, donativos de associados no valor de 2 792,67 e donativos de outras entidades no valor de 122 697,00 euros, 1 562,50 euros de atividades e 17 572,98 euros de prestações de serviços, totalizando 147 500,15 euros de receitas. Foram realizados gastos no valor de

136 314,01 euros registando-se um resultado líquido de 11 186,14 euros que transita para o ano de 2018.

Proveitos 2017		Custos 2017	
Quotas	2 875,00	Trabalhos especializados	47 793,75
Donativos associados	2 792,67	Publicidade e propaganda	1 860,39
Donativos outras entidades	122 697,00	Honorários	10 007,50
Atividades	1 562,50	Material escritório	2 283,47
Prestação Serviços	17 572,15	Deslocações	29 914,28
<b>Total</b>	<b>147 500,15</b>	Outros serviços	3 533,69
		Gastos com pessoal	37 333,35
		Outros Gastos e Perdas	3 587,58
		<b>Total</b>	<b>136 314,01</b>
		<b>Resultado Líquido</b>	<b>11 186,14</b>

Resultados por Centro Custo		Saldo inicial	Proveitos	Custos	Saldo 31/12/17	Fim do projeto
100101	Direcção	503,20	20 180,53	15 368,21	5 315,52	
100102	Associados	7 142,50	7 585,17	1 588,18	13 139,49	
100103	Conselho Geral			136,40	-136,40	
100104	Projecto Comboa (1)	4 802,00		4 802,00	0,00	2017
200101	Soc Sust e Novas Formas Economia	159,95	2 560,62	1 061,72	1 658,85	
200102	Resíduos (2)	141,95	35 532,50	16 424,85	19 249,60	
200103	LIFE AskReach (4)		18 059,71	4 744,24	13 315,47	2022
200104	Pegada Ecológica		32 750,00	27 320,76	5 429,24	2019
300101	Alt Climáticas Energia e Mobilidade (2)	624,10	1 578,90	1 108,77	1 094,23	
300102	Gases Fluorados (2)	16 757,96	22 500,00	12 052,86	27 205,10	2018
300103	Projecto ECOS Pan-Europeu (3)		5 964,70	9 334,82	-3 370,12	2018
300104	ECF Winter Package (2)		5 282,72	3 882,15	1 400,57	2018
300105	PowerQuiz (2)		6 290,00	706,00	5 584,00	2018
300106	Bioenergia (2)		16 181,20	10 119,26	6 061,94	2018
300107	FOE Oeiras (2)		8 304,50	1 765,65	6 538,85	2017
300108	Mobilidade Eléctrica			8,95	-8,95	2018
500101	Água e Oceanos (2)	-552,94	4 203,00	2 664,60	985,46	2018
600101	Biodiversidade Agric e Florestas	-135,60			-135,60	
900901	Casa Comum da Humanidade (1)	14 145,25	54 669,12	23 224,59	45 589,78	2018
<b>Total</b>		<b>43 588,37</b>	<b>241 642,67</b>	<b>136 314,01</b>	<b>148 917,03</b>	

(1) Não sujeitos a Overhead (2) Proveitos líquidos de Overhead (3) Overhead 4% (4) Overhead 7%

6. O Conselho Fiscal analisou as demonstrações financeiras (balanço, demonstração dos resultados por naturezas, anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e demonstração dos fluxos de caixa), tendo concluído que tais elementos transmitem a verdadeira posição patrimonial da ZERO em 31 de dezembro de 2017 e o modo como se formaram os resultados no exercício findo naquela data.

De notar que as diferenças entre os proveitos na contabilidade geral e na contabilidade analítica (por centros de custo) decorrem do facto de se ter procedido à especialização de algumas receitas que, embora recebidas em 2017, não podem ser imputadas, na totalidade, a esse ano, tendo-se procedido à sua contabilização apenas na medida da execução dos respetivos projetos em 2017.

7. No que diz respeito à proposta de aplicação de resultados/saldos do exercício de 2017, o Conselho Fiscal entende que a mesma é razoável permitindo à Associação iniciar a atividade no ano de 2018 com algum fôlego financeiro, cabendo a sua aprovação à Assembleia Geral, nos termos da alínea *d*) do artigo 12.º dos Estatutos da ZERO.
8. O Conselho Fiscal sublinha a total disponibilidade da Direção, em particular o apoio da Tesoureira, o que muito contribuiu para o desempenho das suas funções.
9. Ponderado o que antecede e a observância estatutária emitimos o seguinte

**PARECER**

É entendimento do Conselho Fiscal que estão reunidas as condições para a aprovação do Relatório e Contas da ZERO relativo ao exercício de 2017, que lhe foi apresentado pela Direção.

Porto, em 23 de fevereiro de 2018

O Conselho Fiscal

Sérgio Alexandre dos Reis Gonçalves do Cabo  
(Presidente)

Emília Araújo  
(Secretária)

Abel Pinto  
(Relator)